

EX PRESSO
10/03/2018
(C 20)



Luís Mira Amaral Presidente do Conselho da Indústria da Confederação Empresarial de Portugal (CIP)

“Ministro da Economia tem de ser o patrão dos fundos para as empresas”

Textos **JOANA NUNES MATEUS**
Foto **TIAGO MIRANDA**

Mais do que reforçar os sistemas de incentivos às empresas no futuro quadro comunitário Portugal 2030, importa reforçar o papel que o Ministério da Economia tem hoje no Governo. “Os incentivos são apenas um instrumento. A questão de fundo é política e passa por dotar o Governo de um Ministério da Economia mais forte, com verdadeira autonomia estratégica para poder apoiar efetivamente as empresas”, defende Luís Mira Amaral, o ex-banqueiro e antigo ministro da Indústria de Cavaco Silva que, em 1987, lançou o PEDIP — Programa Específico para o Desenvolvimento da Indústria Portuguesa. Agora, como presidente do Conselho da Indústria da Confederação Empresarial de Portugal (CIP) e coordenador do documento de reflexão estratégica “O Conceito de Reindustrialização, Indústria 4.0 e Política Industrial para o século XXI”, vem propor ao Governo que aproveite os próximos fundos europeus do Portugal 2030 para lançar um novo PEDIP.

P A política industrial do Governo está a falhar?

R A primeira falha é da competência do primeiro-ministro e é a organização dos Ministérios. Se eu fosse primeiro-ministro, havia dois grandes Ministérios económicos: o das Finanças que tinha o Orçamento do Estado e o da Economia que tinha os fundos comunitários. Não havia o Ministério do Planeamento, que só empata o jogo. Há 30 anos, quando cheguei ao Ministério da Economia — então Ministério da Indústria — o problema era o mesmo. As Finanças tinham o Orçamento, o Planeamento os fundos e eu um conjunto vazio. Aliás, o engenheiro António Guterres, que fora o meu mais brilhante aluno no Técnico,

provocava-me sempre, quando me encontrava, dizendo: “Então você é o delegado do Ministério das Finanças na Horta Seca?” E eu respondia: “Você está enganado. Sou eu o delegado do ministro do planeamento na Horta Seca”.

P Foi o PEDIP que resolveu a situação?

R A grande vantagem do PEDIP foi dar-me autonomia estratégica sobre o Ministério do Planeamento. Também graças ao grande espírito de abertura do então ministro Valente de Oliveira, que era um grande senhor e não um político. Se fosse um político, ter-me-ia tapado o caminho e eu teria desistido e vindo embora.

P Com o PEDIP, trouxe os incentivos às empresas para o Ministério da Economia...

R Mas o PEDIP não eram só incentivos às empresas. Foi um verdadeiro programa integrado de apoio à indústria.

“UM EXEMPLO PARADIGMÁTICO DE DINHEIRO MAL GASTO É A MODERNIZAÇÃO DA LINHA FERROVIÁRIA DA BEIRA ALTA”



Apoiou a criação de infraestruturas de base e tecnológicas — rodoviárias, ferroviárias, energéticas e portuárias e centros tecnológicos. Tinha um programa de engenharia financeira para articular a política industrial com o sistema financeiro. Apoiou a formação profissional, a criação de escolas tecnológicas, missões de produtividade, qualidade e design industrial...

P Que solução propõe agora?

R Neste documento que entregámos ao Governo, a CIP propõe um novo programa de desenvolvimento da indústria e dos produtos e serviços transacionáveis, financiado pelos fundos europeus. Uma espécie de PEDIP para o século XXI, que integre e dê coerência sistémica e visibilidade política a programas do Governo como o Capitalizar, o Interface ou o Compete, usando as adequadas políticas ao nível da clusterização, investigação e inovação, financiamento, fiscalidade, internacionalização e promoção externa, empreendedorismo, energia, infraestruturas e redução dos custos de contexto.

P No atual Governo, a pasta dos fundos é do ministro do Planeamento. Os programas ligados à política industrial são transversais, dispersos por vários Ministérios, partilhados com vários ministros...

R O Capitalizar com o ministro Adjunto, o Interface com o ministro da Ciência, o Compete com o ministro do Planeamento... O ministro da Economia depende de todos e manda pouco. O que este trabalho da CIP defende é um novo impulso para o Ministério da Economia, com tudo isto integrado. Um Ministério da Economia mais forte, com verdadeira autonomia estratégica para poder apoiar efetivamente as empresas. O ministro da Economia tem de ser o patrão dos fundos para as empresas.

P Os fundos aos grandes investimentos empresariais também passam pela AICEP, que está nos Negócios Estrangeiros.

R Mais uma vez está mal.

P Mas isso não seria um superministério da Economia?

R Onde os secretários de Estado teriam, obviamente, mais latitude... O Ministério da Economia deveria ter as áreas da indústria e do comércio externo, do comércio e do turismo, da energia e dos fundos. Aliás, no último Governo de Sócrates, Vieira da Silva era ministro da Economia e tinha lá os fundos com o secretário de Estado Fernando Medina, o atual presidente da Câmara de Lisboa.

P A Instituição Financeira de Desenvolvimento (IFD) é da tutela do Ministério da Economia. Mas agora, na reprogramação do Portugal 2020, vai perder milhões de fundos a favor do reforço dos tradicionais incentivos às empresas. Há aqui uma competição entre diferentes programas do Governo?

R A IFD tem tido várias dificuldades. Primeiro, todas as vicissitudes em torno da sua criação. Segundo, esta concorrência pela captação de fundos com os sistemas de incentivos, cuja dotação se está a esgotar no atual quadro comunitário. A verdade é que ninguém sabe o que a IFD está a fazer. Não está a funcionar como deve ser. A única coisa que funciona são as linhas de crédito às pequenas e médias empresas, através das sociedades de garantia mútua criadas com o tal programa de engenharia financeira do PEDIP.

P Mas faz sentido existir a IFD?

R Faz sentido por uma razão muito simples: devemos ter um banco de fomento público que dê apoio à banca comercial pois esta, sozinha, não re-

solve o problema do financiamento às empresas. Os sistemas de incentivos são muito bonitos, mas é preciso complementá-los com um apoio financeiro musculado. Agora, sinceramente, eu acho que a IFD, em termos operacionais, ainda não está a funcionar. Aquela estrutura de governança e as pessoas que tem tido... sempre no entra e sai...

P A CIP também pede ao Governo que invista os próximos fundos na ferrovia de bitola europeia. Mas o Governo continua a anunciar milhões para a bitola ibérica...

R A nossa prioridade é um sistema logístico que permita escoar, de forma eficiente, as nossas exportações. Porque estamos a pensar o país e as infraestruturas a longo prazo, achamos que os dois corredores ferroviários internacionais devem ser construídos em bitola europeia, em articulação com os espanhóis. O Governo diz que começa em bitola ibérica e logo muda para bitola europeia...

P Está a desperdiçar dinheiro?

R Acho que sim. Um exemplo paradigmático de dinheiro mal gasto é a modernização da linha da Beira Alta. Querer transformar uma linha do tempo do Eça de Queirós, de via única e com um traçado medieval, numa linha moderna de transporte de mercadorias é a mesma coisa que querer transformar uma estrada nacional numa autoestrada.

P O Parlamento deve refletir sobre isto a tempo do Portugal 2030?

R Sim. Para que o próximo quadro comunitário não seja *business as usual*. Para que, cá dentro, não continuemos encantados com o maior crescimento do século enquanto, lá fora, na Europa, todos nos ultrapassam.

economia@expresso.impresa.pt